



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015838-60.2021.6.05.8000
SIDNEY SANTOS DORIA
INTERESSADO : FLÁVIO DE SOUZA DIAS
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE
ASSUNTO : Pregão Eletrônico n.º 02/2022 - Recurso
Comprovação de Regularidade - Fisco Estadual

PARECER nº 162 / 2022 - PRE/DG/ASJUR

1. Chegam a esta Assessoria de Jurídica de Licitações e Contratos Administrativos os autos albergando recurso impetrado pela Squatto Labs Comércio de Equipamento Eletrônico em face à sua desclassificação no Pregão Eletrônico n.º 02/2022 (doc. n.º 1855407).

1.1. Em apertada síntese, a licitante alega que cometeu "erro material" ao cadastrar sua proposta, ofertando modelo de equipamento que não atendia às especificações do instrumento convocatório e sustenta que, com fulcro nos princípios da economicidade, eficiência e celeridade, deveria ser facultada a atualização da sua proposta, devendo ser conferida um "interpretação finalística" ao art. 43, § 3º, da Lei n.º 8.666/93, que veda a juntada posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

1.2. Argui que *"o Poder Judiciário e as Cortes de Contas se inclinam em reconhecer que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo exacerbado que desvirtue sua finalidade e equipare-o a uma gincana, na qual interessa apenas o cumprimento da etapa definida, indiferentemente de sua razão de ser"* e, aduzindo que a sua desclassificação decorreu de erro sanável, requer que sejam consideradas procedentes as razões de sua irresignação para que o item 01 não seja cancelado, para que seja admitida a sua ofertada de novo produto, adequado às condições editalícias.

2. De seu turno, o Pregoeiro esclareceu acerca da vedação de modificação da marca/modelo ofertado, em conformidade com a condição 4.2.1.1 do instrumento convocatório, sendo facultado ao licitante apenas a complementação de eventuais omissões (doc. n.º 1855415).

2.1. Com efeito, tendo sido esclarecido pela área técnica que o equipamento ofertado pela Squatto Labs Comércio de Equipamento Eletrônico não atendia às especificações do Termo de Referência, a desclassificação da empresa era a medida que se impunha, razão pela qual não carece de reparos a manifestação carreada por meio do documento n.º 1855432, devendo ser mantida o cancelamento do respectivo item e negada a procedência do recurso do empresa.

3. Também foi submetida ao nosso crivo questão relacionada verificação da regularidade fiscal da Top Mix junto ao fisco estadual.

3.1. A análise dos fôlios evidencia que o espelho extraído do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e o sítio eletrônico da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo acusam a existência de pendências tributárias da empresa, não sendo possível a emissão de Certidão Negativa ou de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (docs. n.º 1857303).

3.2. O Pregoeiro, ao entender que o documento apresentado pela licitante (certidão emitida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo) não supre a exigência da condição 11.4, "d" do instrumento convocatório, que exige *"prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente"*, concedeu prazo para a regularização da pendência.

3.3. Não tendo sido atendida a diligência, a empresa pretende que seja admitida a certidão emitida pela PGE, argumentando que a exigência concomitante de Certidão Negativa de Débitos Inscritos e Certidão Negativa de Débitos Não Inscritos configuraria alteração das exigências editalícias, atentando contra a segurança jurídica.

3.4. O documento apresentado evidencia apenas a inexistência de dívidas inscritas na dívida ativa, não evidenciando a plena regularidade com a Fazenda Estadual, como exigido. Calha obtemperar que caso existam débitos em fase de pré-inscrição em discussão administrativa ou judicial caberia a apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativas, como inclusive consta nos excertos de julgados colacionados pela própria irresignada.

3.5. Portanto, transcorrido o prazo concedido sem que fosse sanada a pendência referida no item 3.1 deste opinativo e tampouco havendo notícia de pedido de dilação deste lapso, entendemos que não foi atendida a exigência referentes à comprovação da regularidade fiscal da licitante, cabendo o desfazimento da habilitação da Squatto Labs Comércio de Equipamento Eletrônico e a convocação das licitantes remanescentes, em conformidade com o art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, sem prejuízo das sanções cabíveis.

É o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Nascimento Costa**, **Analista Judiciário**, em 15/03/2022, às 15:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1861234** e o código CRC **87672F2E**.